



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

DE VOLTA ÀS AULAS?

“É em nome do bom senso e do futuro que a sociedade catarinense, que apoiou a reivindicação dos professores por melhores salários e dignas condições de trabalho, espera que a greve termine de vez.”

(DC, Editorial, p. 14)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 15/7/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Editorial	Data: 15/7/11
Assunto: De volta às aulas?		Página: 14

DE VOLTA ÀS AULAS?

Atumultuada sessão da Assembleia Legislativa, realizada quarta-feira, que culminou com a aprovação do projeto de iniciativa do governo que altera a remuneração e o plano de carreira do magistério público estadual, terá mesmo colocado um ponto final na greve dos professores ou terá sido apenas mais um enervante capítulo desta desgastante novela prestes a completar dois meses em cartaz? A assembleia estadual dos professores, convocada para a próxima segunda-feira, será o epílogo desta novela ou somente uma nova página de uma história sem fim? A decisão do Legislativo, com efeito, criou tanto um fato consumado quanto as condições para o fim da paralisação. É o que a sociedade catarinense deseja e espera que ocorra, imediatamente, em nome da formação de suas crianças e adolescentes.

Embora o desfecho das negociações entre o governo catarinense e o magistério não tenha sido, de todo, o esperado pelos professores e as suas lideranças, seria erro e temeridade falar em derrota dos educadores, que lutaram por direitos que lhes foram assegurados na legislação federal e por outras reivindicações plausíveis. Como observou, com muita propriedade, o jornalista Moacir Pereira, que acompanhou a greve desde o primeiro momento, passo a passo e dia após dia, o magistério público catarinense conquistou avanços consistentes ao longo de quase dois meses de paralisação. Ele os enumera em sua coluna de ontem neste jornal.

Cabe lembrar que a paralisação e as reivindicações pontuais dos professores contaram com o apoio da opinião pública, informada e consciente de que a remuneração indigna da categoria era um dos principais fatores para a queda na qualidade da educação das crianças e jovens catarinenses. A lei federal que fixou o salário-base do magistério em todo o país, e cuja constitucionalidade foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), era e é de inquestionável cumprimento. Aos estados, toca a atribuição de definir as questões acessórias como, por

exemplo, as gratificações e os percentuais de aumentos nos diversos níveis. A greve também mostrou aos catarinenses uma série de mazelas do sistema que o poder público tem a obrigação de corrigir de imediato, pois degradam a formação das novas gerações.

Impõe-se reconhecer que as posições pétreas assumidas pela administração catarinense, no início do imbróglio, contribuíram para a radicalização do movimento, que teve sua contraparte em posições tomadas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), aprovadas pelas assembleias da categoria.

Demorou, mas finalmente houve avanço no diálogo e evolução para posições mais maduras e flexíveis por parte da administração estadual. Durante esse tempo em que os alunos do sistema público de ensino ficaram fora das salas de aula, aqui, neste mesmo espaço do *Diário Catarinense*, foram publicados dois editoriais a respeito deste assunto de tamanha relevância para a cidadania.

Em ambos, se reconheceu a legitimidade das reivindicações do magistério e sua importância para qualificar o sistema de educação

pública. E também em ambos foram feitos apelos para que as partes persistissem em negociações maduras e com o real e sincero objetivo de chegar a uma situação aceitável para os dois lados da mesa. Apelos ao bom senso e em nome do futuro.

Sim, e é também em nome do bom senso e do futuro que a sociedade catarinense, que apoiou a reivindicação dos mestres por melhores salários e dignas condições de trabalho, espera que a greve termine de vez e que as aulas sejam retomadas.

Quanto às promessas de promover uma “revolução” no setor educacional, transformando-o em um modelo de qualidade e ajustando-lhe o passo aos novos tempos e necessidade, que foram feitas pelo governador Raimundo Colombo e sua equipe, elas serão cobradas, sim. E não só pelos professores. Um discurso que não pode nem ficar apenas como exercício de retórica oportunista.

É em nome do bom senso e do futuro que a sociedade catarinense, que apoiou a reivindicação dos professores por melhores salários e dignas condições de trabalho, espera que a greve termine de vez.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 15/7/11
Assunto: Greve, nova assembleia segunda		Página: 23

GREVE

Nova assembleia

segunda

Sinte ainda busca saída jurídica para reverter aprovação da lei que estabelece piso salarial em SC

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Após a polêmica aprovação do projeto de lei complementar (PLC) que altera os salários e o plano de carreira do magistério, uma assembleia estadual dos professores foi marcada para próxima segunda, na Capital. Hoje, haverá assembleia regional com os docentes de Florianópolis e São José e em outras cidades, para analisar o projeto.

Ontem, o comando de greve esteve reunido para discutir a situação pós-votação do PLC, combatido pelos professores por alterar o plano de cargos e salários. Antes, quando o docente fazia um mestrado, mudando de nível, por exemplo, ele progredia na carreira e a diferença salarial era de 8,48% (veja quadro ao lado). Esta diferença foi reduzida.

A coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), Alvet Bedin, informou que na segunda-feira, se a assembleia decidir, poderá ser votado o fim do movimento. O Sinte não tem um número preciso de adesão à greve, mas acredita que o índice está entre 30% e 40% dos trabalhadores.

A assessoria jurídica do Sinte está levantando itens questionáveis no PLC e pode entrar na Justiça com um mandado de segurança ou uma ação. O sindicato aguarda a publicação da lei, ainda não assinada pelo governador Raimundo Colombo.

O advogado do sindicato, José Sérgio Cristóvam, listou que a diminuição da regência de classe – uma gratificação sobre o salário-base – e a substituição do plano de carreira por uma nova tabela são alguns dos questionamentos do sindicato.

Pela lei nacional do piso, os estados tinham até dezembro de 2009 para adaptar a carreira dos professores, o que não foi feito em SC.

– O PLC é uma ofensa à Constituição, que garante a valorização do magistério. Essa tabela não valoriza o profissional, porque ele progride de nível e fica na mesma posição financeira – declarou Cristóvam.

Hoje, na assembleia de regional de Florianópolis e São José, será debatido o projeto, além de outras questões, como eleição direta para diretores de escolas – hoje indicados politicamente – e concurso público para contratação de professores efetivos.

A coordenadora regional do Sinte de Florianópolis, Rosane Souza, afirmou que o sentimento entre os professores na segunda-feira será de luto. Ela considerou lamentáveis os acontecimentos da sessão da Assembleia Legislativa, na quarta-feira.

– Foi o parlamento dando um golpe no próprio parlamento. Ainda chamaram policiais para reprimir os professores. Todos estão muito indignados com os deputados que jogaram fora nosso plano de carreira – ressaltou Rosane.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 15/7/11
Assunto: Greve, nova assembleia segunda		Página: 23

Interior apresenta divisão

Chapecó/Criciúma/Lages/Tubarão

No interior do Estado, as assembleias mostraram divisão dos professores. Enquanto os encontros regionais de Lages, Criciúma e Tubarão decidiram pela manutenção da greve pelo menos até segunda-feira – quando ocorre a assembleia estadual, na Capital –, os professores de Chapecó resolveram voltar hoje mesmo às salas de aula.

Na cidade do Oeste, somente os membros do comando de greve continuam paralisados, esperando pela decisão da segunda-feira. Para o coordenador regional do Sinte, Cleber Cecon, não tem mais adesão suficiente para seguir paralisado.

– Agora o governo do Estado aprovou o projeto na Assembleia Legislativa, tem a lei, e nós não temos mais o que fazer – lamentou Cecon.

A reposição das aulas em Chapecó começa na segunda-feira, seguindo o

CLEBER CECON

Coordenador Regional do Sinte em Chapecó



Agora o governo do Estado aprovou o projeto na Assembleia Legislativa, tem a lei, e nós não temos mais o que fazer.

projeto elaborado pelo governo e enviado às escolas.

Em Criciúma – um dos locais de maior resistência ao retorno às aulas –, mais de 300 professores discutiram os efeitos da aprovação do projeto de lei complementar, pela Assembleia Legislativa, na última quarta-feira.

De acordo com a presidente do Sinte regional Cintia dos Santos, o movimento no Sul do Estado vai acatar o que for estabelecido pela assembleia

estadual no encontro da segunda.

Em Tubarão, também no Sul, pouco mais de 200 professores participaram de uma assembleia. Cerca de 40% dos docentes manifestaram o interesse em voltar às aulas integralmente, mas vão aguardar o resultado da Capital, no início da semana.

– Agora vamos esperar pela assembleia da segunda-feira – destacou a presidente do Sinte, Terezinha Botelho Martins.

Lageanos lançam campanha “Inimigos da Educação”

Assim como no Sul, os professores de Lages resolveram ontem acatar o a decisão da Capital. Em assembleia, eles lançaram a campanha “Inimigos da Educação”, com críticas ao governador Raimundo Colombo, ao secretário da Casa Civil, Antonio Ceron, e ao líder do governo na Assembleia, deputado Elizeu Mattos (PMDB).



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Geral	Data: 15/7/11
Assunto: Greve, Segunda haverá nova decisão		Página: Online

GREVE

Segunda haverá nova decisão

Votação em assembleia estadual dos professores pode definir retorno às aulas no início da semana

FLORIANÓPOLIS - Após a polêmica aprovação do projeto de lei complementar (PLC) que altera os salários e o plano de carreira do magistério, uma assembleia estadual dos professores foi marcada para próxima segunda, na Capital, quando eles podem votar pelo fim da greve.

Ontem, o comando de greve esteve reunido para discutir a situação pós-votação do PLC, combatido pelos professores por alterar o plano de cargos e salários. Antes, quando o docente fazia um mestrado, mudando de nível, por exemplo, ele progredia na carreira e a diferença salarial era de 8,48%. Esta diferença foi eliminada.

A coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), Alvette Bedin, informou que na segunda-feira, se a assembleia decidir, poderá ser votado o fim do movimento. O Sinte não tem um número preciso de adesão à greve. Os índices podem estar entre 30% e 40% dos trabalhadores.

A assessoria jurídica do Sinte está levantando itens questionáveis no projeto de lei e pode entrar na Justiça com um mandado de segurança ou uma ação. O sindicato aguarda a publicação da lei, ainda não assinada pelo governador Raimundo Colombo.

O advogado do sindicato, José Sérgio Cristóvam, listou que a diminuição da regência de classe ? uma gratificação sobre o salário-base ? e a substituição do plano de carreira por uma nova tabela são alguns dos questionamentos. Pela lei nacional do piso, os estados tinham até dezembro de 2009 para adaptar a carreira dos professores, o que não foi feito em Santa Catarina.

? O PLC é uma ofensa à Constituição, que garante a valorização do magistério. Essa tabela não valoriza o profissional porque ele progride de nível e fica na mesma posição financeira ? declarou Cristóvam.

julia.antunes@diario.com.br

JÚLIA ANTUNES LORENÇO



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Geral	Data: 15/7/11
Assunto: Greve, Plano de reposição deve ser apresentado até terça		Página: Online

GREVE

Plano de reposição deve ser apresentado até terça

Os professores da rede estadual têm até o meio-dia de terça-feira para apresentarem o plano de reposição das aulas e garantir o pagamento dos 23 dias descontados, entre 19 de maio e 10 de junho, por causa da greve. O prazo inicial era até amanhã.

De acordo com o secretário da Educação, Marco Tebaldi, foi prorrogado porque a expectativa é que mais docentes voltem ao trabalho na próxima segunda-feira. Dados do governo dizem que a adesão à greve está reduzida a 15%.

A folha suplementar com os descontos será rodada terça-feira à tarde. O dinheiro deve entrar até final do mês, junto com o pagamento. Ainda está sendo estudado não descontar nenhum dia de julho dos educadores que apresentarem o plano.

A recuperação dos conteúdos começa na próxima semana e as aulas vão até 30 de dezembro. Os alunos que pegarem prova final farão a avaliação na primeira semana de janeiro de 2012. Não estão previstas aulas aos sábados, reservados para atividades extraclasse, reuniões pedagógicas e conselhos de classe ? que podem contar como dia letivo. Entre os feriados do segundo semestre ficam garantidos o de 12 de outubro e 2 de novembro.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 15/7/11
Assunto: Diversos		Página: 3

Ressaca

O sentimento dos grevistas no dia seguinte à aprovação do PLC 026 foi de ressaca. A operação política construída pelo governo para aprovar a proposta que alterava o plano de carreira do magistério mesmo sem o consenso com o Sinte/SC e boa parte dos profissionais da educação pode ter desgastado os deputados perante a opinião pública, mas mostrou resultados.

Somada à decisão judicial que permitiu ao governo não pagar pelos dias sem aulas, a aprovação dos novos patamares salariais deixou a categoria sem ter onde se agarrar, além das próprias convicções, para manter uma paralisação que chega hoje ao 59^a dia. O profundo desgaste político de uma quarta-feira marcada por reuniões conjuntas de comissões, interpretações ousadas do regimento interno da Assembleia Legislativa, tumulto e a presença do Bope para controlar os ânimos resultou, quem diria, em uma quinta-feira tranquila para o governo estadual.

Restou a luta de versões. De um lado, professores e a bancada de oposição dizem que o plano de carreira da categoria está morto e começam a divulgar listas dos 28 supostos assassinos. De outro, os deputados governistas passam as férias com recortes das novas tabelas salariais nos bolsos – uma forma de tentar convencer quem os aborda de que não votaram contra o magistério. Talvez só os contracheques de 2012 deem razão a um ou outro grupo.

O futuro da greve começou a ser discutido pelo Sinte ainda ontem, em assembleias regionais que vão culminar em uma reunião geral na segunda-feira. À primeira vista, um roteiro de fim de greve de cabeça erguida. Diante disso, a Secretaria de Educação adiou para terça-feira a data final para os professores apresentarem planos de recuperação das aulas perdidas. Essa é a condição do governo para o pagamento dos dias parados e tinha, originalmente, como prazo final o dia de hoje.

Ontem, o secretário Marco Tebaldi (PSDB) já falava em “recuperar o tempo perdido” e garantia que a paralisação atingia menos de 15% dos profissionais. A presidente do Sinte/SC, Alvet Bedin, admitia dificuldades em manter o ânimo dos grevistas, mas era cautelosa nas declarações. Para ela, o movimento ainda tinha pelo menos 30% de adesão, embora as regionais do sindicato não tenham números atualizados. Perguntada sobre se é possível fazer greve com menos de um terço da categoria, ela apenas disse:

- As assembleias vão decidir.

INVÁLIDOS

As recentes reportagens sobre os surtos de aposentadorias por invalidez na Assembleia levam a uma curiosa constatação. Aconteceu alguma coisa a partir de 2003 que estancou uma sangria histórica. Os números são claros. Dos 454 servidores aposentados do Legislativo, 210 são inválidos – 46%. Mas depois de 2003, ano em que 20 pessoas foram beneficiadas, apenas 14 servidores conseguiram se aposentar dessa forma. Isso mesmo, duas pessoas por ano. Talvez as condições de trabalho na Assembleia tenham melhorado na última década, mas o único fato concreto que ajuda a explicar a melhora na saúde dos servidores é a emenda constitucional aprovada no final de 2003 que acabou com o pagamento de aposentadoria integral para os inválidos. Desde então, recebe-se o proporcional pelo tempo de contribuição.

Ontem, o deputado federal Jorginho Mello (PSDB) protocolou um pedido para que seja incluída na ordem do dia da Câmara dos Deputados um projeto de emenda constitucional que restitui a aposentadoria integral dos inválidos.

Medida que beneficiaria a imensa maioria que se aposenta por causa de doenças realmente incapacitantes. Mas que tem o potencial de abrir a janela para novos surtos de aposentadorias suspeitas.

diario.com.br

Quer mais informações?
Acesse o blog do Moacir
Pereira em www.diario.com.br/moacir



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Política	Data: 15/07/11
Assunto: Faltou explicar as vantagens		Página: 11

Faltou explicar as vantagens

Piso do Magistério. Deputados dizem que o governo se comunicou mal sobre o projeto

JOÃO MEASSI
joao@noticiasdodia.com.br
@joao_ND

FLORIANÓPOLIS — O deputado Elizeu Mattos (PMDB), líder da base governista na Assembleia Legislativa, defendeu o lançamento de uma campanha do governo para informar a sociedade sobre o que é o projeto de lei complementar 26, que modifica o valor de vencimento, altera gratificações e extingue vantagens financeiras dos professores da rede pública estadual, aprovado quarta-feira, depois de uma tumultuada sessão que quase termina em pancadaria.

A sugestão foi feita ao governador Raimundo Colombo durante conversa por telefone. Mattos relatou ao governador o que aconteceu na conturbada sessão que aprovou o projeto. Moedas foram lançadas das galerias sobre os deputados. “Descobri que a moeda de um

real pesa menos do que a de cinquenta centavos”, brincou o deputado, que foi atingido na cabeça. Demais parlamentares também foram atingidos.

Na sessão realizada ontem, a última antes do recesso legislativo de julho, os deputados da base governista reclamaram de falhas na comunicação do governo do Estado. “A desinformação está na ponta da linha. O governo precisa informar melhor a sociedade para mostrar os ganhos salariais e desfazer as mentiras que foram plantadas pela oposição”, afirmou Mattos.

No dia da votação, o deputado Joares Ponticelli (PP), relator do projeto do governo, disse que o governo se comunica mal. E que essa deficiência trouxe

reflexos negativos para o governo durante a greve. “O problema do governo é de comunicação. Não ter conseguido se comunicar proporcionou a disseminação de muitas inverdades”, analisou.

Lei aprovada.
O governador tem 15 dias para sancionar o projeto de lei, mas como tem urgência porque tem que rodar a folha, deve assinar a lei na próxima semana



Adesão à greve diminuiu

Dados publicados pela Secretaria da Educação mostram que a adesão à greve dos professores caiu depois da aprovação do projeto de lei complementar na quarta-feira. Cerca de 11% dos professores ainda não retornaram às escolas. Segundo Janete Silva, vice-coordenadora do Sintre, o sindicato ainda não tem dados da adesão. "Mas acreditamos que não decaiu muito. Estávamos com 50% no dia da votação do projeto. Só depois das assembleias regionais, que se realizam hoje (ontem) e amanhã saberemos os números", afirma.

Na segunda-feira, a categoria realiza uma assembleia estadual em Florianópolis para decidir pelo fim ou não da greve. "Não temos o local ainda, mas acontecerá às 14h", adianta Janete. (Emanuelle Gomes)



PLENÁRIA

Professores estão em greve desde o dia 18 de maio. Na segunda-feira terão assembleia

Base governista defende aprovação da lei

A base governista usou a tribuna na última sessão de julho para rechaçar os ataques da oposição, que colheu dividendos políticos durante a conturbada tramitação de três projetos do governo relacionados à greve dos professores. Para reverter esse desgaste político, a base governista acha que o governo tem que virar o jogo e mostrar para a sociedade que houve avanços salariais para os

professores da rede estadual.

O dia seguinte à votação do projeto 26 foi de frustração e sentimento de derrota para os professores em greve. A quinta-feira foi tirada para avaliação do quadro. "Entramos na greve de maneira honrosa e devemos sair da mesma forma", disse uma professora na reunião de avaliação. O sentimento é que a greve está esvaziada por falta de foco.

Prazo final para rodar a folha de pagamento

A Secretaria da Educação definiu que hoje é o prazo final para que os professores entreguem o plano de reposição das aulas do período da greve. Desta forma, os diretores poderão enviar os nomes dos professores às gerências da Educação, para que o governo do Estado rode uma folha suplementar com o pagamento dos 23 dias de paralisação àqueles que retornarem às aulas.

A folha integral de julho poderá ser paga até o dia 30, devido aos trâmites necessários para a atualização do sistema de informática. Para que os alunos não fiquem mais prejudicados, o governo já começou a contratar professores Admitidos em Caráter Temporário (ACTs). "Nós vamos ter que chamar substitutos para garantir a normalidade. Queremos que todos os professores voltem, mas se insistirem em não voltar, esse é o instrumento que temos para garantir o ano letivo", afirmou o governador Raimundo Colombo.

COMO FIGA

Piso Nacional dos Professores

Mudanças

- **Prêmio Educar e Jubilar** (R\$ 200 cada) deixam de existir
- **Plano de carreira.** Diferença de 8,48% entre os 12 níveis (médio a doutorado) deixa de existir. Também deixa de existir a diferença de 2,75% entre os professores que fizeram curso de especialização
- **Regências de classe.** Os 40% dos professores de 1º a 5ª série para 25%, indo para 30% em agosto e retorna aos 40% a partir de janeiro de 2012. Os 25% para os professores do 6º a 9ª série passa para 17%, indo para 20% em agosto e retorna aos 25% a partir de janeiro de 2012

Reposição das aulas

- Para receber a remuneração dos dias parados e não ter mais a redução no pagamento devido a greve, **os professores devem encaminhar hoje o plano de conteúdo de reposição das aulas**
- As reposições devem ocorrer de segunda a sexta-feira, de 18 a 30 deste mês, e durante todo o mês de dezembro. As atividades extraclásses, reuniões pedagógicas e conselhos de classes serão realizados aos sábados
- Os professores que não apresentem plano de reposição das aulas e continuarem em greve receberão salário com descontos

Impacto financeiro no Estado

- Agosto a dezembro: **R\$ 27 milhões** a mais
- A partir de janeiro de 2012 **R\$ 38,14 milhões** a mais ao ano.

Números da educação estadual

Escolas	1.281
Alunos	309.804
Servidores	36.128
Professores	30.422



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Joinville	Data: 15/07/11
Assunto: Nova reunião entre grevistas		Página: 12

Nova reunião entre grevistas

Professores da rede estadual definem hoje os rumos do movimento

Os professores da rede estadual que estão em greve devem definir hoje, às 14 horas, em assembleia no Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinsej), os rumos do movimento. Para segunda-feira, está prevista a realização de uma assembleia geral em Florianópolis.

A expectativa do sindicato, segundo a representante Clarice Erhardt, é de que “todos permaneçam em greve até a decisão da assembleia na segunda”. Mas o que se observa, na prática, é que o movimento perdeu força com a decisão da Justiça, de autorizar o Estado a descontar dos salários os dias parados, e com a aprovação da lei que altera o salário e o plano de carreira do magistério, aprovada na quarta pelos deputados.

Ontem, várias escolas retomaram o ritmo das aulas, segundo a

gerente regional de ensino, Heliete Steingräber. “Mas só hoje a gerência poderá contabilizar os números da greve e verificar quantos dos 226 professores que aderiram à greve já retornaram às atividades”, afirma. “Mas sabemos que a maioria já retornou e a nossa expectativa é de que na segunda-feira poucos continuem em greve.”

A estimativa, segundo ela, é de que, com isso, as atividades sejam normalizadas em todas as escolas a partir de segunda, considerando que os professores que não retornarem serão substituídos por professores contratados em regime de ACT, pelo prazo de 15 dias.

Mas o Estado e professores mostram preocupação com o impacto da greve, que hoje completa 59 dias, para quem se prepara para o vestibular. Ambos realizaram, ontem, aulões pré-vestibulares.

Professores que aderiram à greve promoveram um aulão na sede do Sinsej. A ideia era fazer na praça da Bandeira, mas como a previsão era de chuva, as atividades foram transferidas. A Gerência Regional de Educação fez um aulão para 300 alunos na Sociesc.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Ponto Final	Data: 15/07/11
Assunto: Massa		Página: 31

Massa

Em conversa com professores moderados, que estiveram na greve, mas não compactuam com a orientação partidária de alguns líderes do movimento, ouvi uma definição muito simples para o recuo na paralisação, em especial no interior do Estado: "Nos recusamos a servir de massa de manobra".

CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Ponto Final	Data: 15/07/11
Assunto: Plano		Página: 31

Plano

Professores e outros profissionais ligados à educação estão sendo convidados para a audiência pública de hoje, às 9h, no auditório do Tribunal de Contas do Estado, que vai discutir as bases do Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020. A audiência em Florianópolis foi requerida pelos deputados Esperidião Amin e Pedro Uczai. O PNE está tramitando na Câmara Federal.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 15/07/11
Assunto: Aconteceu		Página: 02

Aconteceu

Antes de ser votado o projeto de lei, que provocou uma série de incidentes na Assembleia, foi proposto pelo presidente Gelson Merisio aos parlamentares, para que levassem a categoria, o compromisso do governo de encaminhar até o dia 15 de outubro um novo Projeto de Lei Complementar estabelecendo um calendário de recomposição da tabela. Ou seja, um comprometimento oficial do governo. Os professores não aceitaram. Foi o limite para que se desse o processo de votação do projeto que estava sendo contestado e que acabou aprovado.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Ponto Final	Data: 15/07/11
Assunto: A ironia do confronto		Página: 31

A ironia do confronto

Reflexos do que houve na Assembleia Legislativa na tarde de quarta-feira (13). Uma das questões debatidas ontem, em rodas políticas e também nas redes sociais, foi o controle do movimento sindical por parte de partidos políticos de oposição. Há quem acredite que as interferências partidárias no sindicato (Sinte) causaram a longa crise entre governo e magistério. Em certo ponto do caminho, há cerca de três semanas, as possibilidades

de solução negociada para o fim da greve amadureceram de forma significativa. Mas o núcleo duro do Sinte, que é controlado por três partidos, ignorou os avanços nas negociações e direcionou o movimento para uma situação de confronto com o governo. Ironicamente, a atuação do núcleo duro foi justamente responsável pelo enfraquecimento da greve, com o retorno de grande contingente de professores ao trabalho.



CLIPPING

Veiculo: A Notícia	Editoria: Cláudio Prisco	Data: 15/07/11
Assunto: Encaminhamento		Página: 20

Encaminhamento

A Secretaria da Educação garantiu que os professores que voltarem ao trabalho e apresentarem plano de recuperação de aulas até terça-feira, devidamente aprovado pelos diretores e gerências, vão receber os 23 dias não trabalhados em folha suplementar.

Esses dias haviam sido descontados na folha do mês passado. Também vão receber os dias parados de julho normalmente no próximo pagamento. O secretário Marco Tebaldi assinou portaria para normatizar a contratação de professores ACT – admitidos em caráter temporário – para substituir os grevistas que não voltarem ao trabalho.

CLIPPING

Veiculo: A Notícia	Editoria: Cláudio Prisco	Data: 15/07/11
Assunto: Advertência		Página: 20

Advertência

A secretária Estela Chiodelli (Educação/São Joaquim) alerta que poderá haver reprovação em massa, caso a reposição das aulas perdidas durante a greve não seja rigorosamente executada e os 200 dias letivos não sejam cumpridos conforme estipula a lei. Nas cidades onde a paralisação durar mais uma semana, as perdas serão irreversíveis. Nenhuma autoridade havia falado até agora em reprovação em massa.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 15/7/11
Assunto: Professores		Página: 40

Professores

As reivindicações justas dos professores conduziram o movimento, na última quarta-feira (13), para a Assembleia, onde as sessões exacerbadas determinaram o emprego da Polícia Militar. Lamenta-se que, para buscar direitos e conquistar melhorias salariais para as categorias haja a necessidade de pressões e ameaças. Ao final, para preservar a ordem recorre-se à Polícia Militar, que, tanto quanto os professores, tem tido suas ponderações ignoradas.

Elio Manoel de Barcelos
Por e-mail

“

O governador Raimundo Colombo perdeu a chance de participar da novela O Astro, da Globo, pois em suas entrevistas interpreta muito bem com aquele sorriso sarcástico.

André Luiz da Silva
Por e-mail

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 15/7/11
Assunto: Barbárie		Página: 40

Barbárie

O clima do conflito provocado por professores grevistas na Assembleia Legislativa foi típico dos estádios de futebol. O desprezo pela educação é o melhor convite à barbárie.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 15/7/11
Assunto: Mudou/Ninguém entendeu/Nem o governo/E piorou de vez		Página: 12



Ninguém entendeu Nem o governo E piorou de vez

Em menos de 24 horas, a informação dada por Raimundo Colombo de que a terceirização da merenda escolar irá acabar nas escolas públicas do Estado quase acaba contestada pelo próprio governo.

Uma reportagem divulgada pela Secretaria Estadual de Educação, ontem, fez elogios à terceirização, que custa R\$ 100 milhões aos cofres públicos. Cita, ainda, a qualidade que o serviço trouxe à rede de ensino, sem desmentir o seu fim a partir de 2012.

A Secretaria de Comunicação do governo informou, no início da noite de ontem mesmo, que não iria comentar o assunto.

Mas adiantou que o governador Raimundo Colombo não mudou de ideia e que a terceirização acaba mesmo. Desse jeito, o governador não precisa de oposição, o problema está dentro da administração.

Às 19h25min, também de ontem, a Secretaria Estadual da Educação, enviou uma nota, assinada pelo jornalista Benhur de Lima, que desautoriza o texto elogioso à terceirização da merenda escolar.

Sobrou para um estagiário, que, segundo Benhur, mandou o texto sem o devido aval. Seria um teste, enviado menos de um dia depois de Colombo fazer o anúncio. Pois é! Agora, ficamos sem saber se a tal terceirização, de fato, é boa ou não.

Mudou

O governador Raimundo Colombo e a assessoria dele passaram o dia de ontem a responder e-mails e manifestações, via redes sociais, de professores estaduais sobre dúvidas, principalmente relativas ao pagamento de salários da categoria. Pais e alunos também pediram esclarecimentos e até fizeram considerações sobre as escolas.

O quadro, há dois dias, era bem diferente. Críticas e xingamentos impubescíveis encheram as caixas de mensagens do Centro Administrativo.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Política	Data: 15/7/11
Assunto: Ensino Público, Uma lei que desconfia da mídia e pede cautela		Página: 6

ENSINO PÚBLICO

Uma lei que desconfia da mídia e pede “cautela”

Texto em vigor desde junho em Florianópolis serve de base
para as aulas das escolas municipais

GABRIELLE BITTELBRUN

Uma lei, assinada no mês passado, em Florianópolis, aponta que as produções da mídia, inclusive dos veículos jornalísticos, “não são retratos fiéis da realidade” e que “devem ser analisadas com cautela”.

A legislação determina a educação para mídia, em oficinas e nas disciplinas, nas escolas municipais e prevê o senso crítico diante do “impacto de conteúdos violentos sobre o desenvolvimento de meninos e meninas”, do “estímulo midiático ao consumo de drogas lícitas e ilícitas”.

O vereador que propôs a lei, Márcio de Souza (PT), afirma que o objetivo não era dizer que a imprensa não trata da verdade nem abordar os meios de comunicação por um viés negativo. A intenção, garante Souza, é promover o questionamento dos estudantes nas escolas.

– Até o livro impresso, que é a mídia mais antiga que existe, precisa ser criticado e apresenta questões que não são proveitosas.

Para o vereador, caso não haja uma adequação dos conteúdos, as crianças podem “se entupir de besteiras”, por exemplo, acreditando plenamente nas propagandas de alimentos com poucos nutrientes ou se tornarem agressivas, pela exposição a materiais que apresentem cenas violentas.

O diretor de ensino fundamental da Capital, Pedro Rodrigues da Silva, diz que a novidade pouco muda no currículo das escolas municipais. Segundo Pedro, elas analisam antigas e novas mídias desde 1998. O diretor afirma que o foco é ensinar a aproveitar o que os meios de comunicação têm de melhor.

– A mídia traz para o dia a dia questões como câncer, trânsito, facilitando o aprendizado – considera.

O presidente do Sindicato dos Jornalistas em SC, Rubens Lunge, afir-

Trecho

Objetivo do projeto, agora lei, é “orientar e estimular o senso crítico” das crianças e jovens.

- “Os conteúdos veiculados na mídia, sejam eles de caráter informativo ou de entretenimento, não são retratos fiéis da realidade, mas sim de visões de mundo e de sociedade que devem ser analisados com cautela, não podendo ser tomados como padrão pelos jovens.”

FONTE: LEI Nº 6623, DE 2 DE JUNHO DE 2011, que dispõe sobre a implantação do conteúdo Educação para a Mídia nas escolas municipais de Florianópolis e das outras providências.

ma que a lei pode facilitar o trabalho dos profissionais de comunicação, pois valoriza a capacidade de análise e julgamento das pessoas.

Mas ele ressalta que a legislação não pode ameaçar a liberdade de expressão dos meios de comunicação ou só depreciar a mídia.

O professor de fundamentos do jornalismo da UFSC, Jorge Ijuim, lembra de outras iniciativas de conteúdo escolar para mídia no país, que nem sempre foram bem-sucedidas. De acordo com ele, é um erro limitar o acesso a determinados materiais para “proteger as crianças”. Ijuim sustenta que as crianças precisam ter acesso à mídia e serem bem preparadas para processar as informações.

Para a presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Judith Brito, a lei parece um “desserviço”, já que as pessoas devem poder fazer suas escolhas e qualquer decisão a respeito tomada pelos outros é vista como “autoritária”.

– O que deve ser passado nas escolas, e em todos os outros lugares, é a pluralidade, a liberdade de expressão e o acesso à informação que a mídia permite. O que se deve incentivar na criança é a curiosidade para que ela, de forma independente, seja um cidadão capaz de escolher – opina.



JUDITH BRITO, BD. 13/07/2011

JUDITH BRITO

Presidente da ANJ

“

Não acredito que esse tipo de iniciativa tenha vida longa. Volta e meia surgem tentativas de interferência e preconceito contra a mídia. Na sociedade existem diferentes tipos de pensamento e as pessoas têm o direito de se expressar.



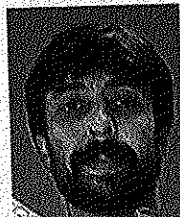
MÁRCIO DE SOUZA, BD. 07/07/2011

MÁRCIO DE SOUZA (PT)

Vereador, autor da lei

“

Com a multiplicidade de meios de comunicação, entendemos que tem que haver uma orientação, estimulação de senso crítico. É função da escola estimular a crítica, mas não é uma prática.



RUBENS LUNGE, BD. 06/02/2006

RUBENS LUNGE

Presidente do Sindicato dos Jornalistas

“

Nem sempre se consegue apresentar todos os aspectos, mas também nem sempre os aspectos negativos midiáticos acontecem.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Artigos	Data: 15/7/11
Assunto: Corte de vagas		Página: 14

Corte de vagas

LUCIANO NEVES CORDOVA *

Na contramão das políticas de ampliação de vagas das universidades federais no Brasil, que, nos últimos anos, foram responsáveis pela criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e de novos campi da UFSC, professores desta universidade propuseram a redução em mais de 55% na oferta de vagas do curso de graduação em Ciências Econômicas, um dos mais antigos da Federal.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), órgão que foi criado pelo Ministério da Educação, e é composto por professores do departamento do curso, com a função de pensar a graduação e propor-lhe melhorias, em seu primeiro relatório, ao identificar um problema de alta evasão de estudantes, propôs como medida para a solução do caso a redução do número de vagas, reduzindo a oferta de 180 ao ano para apenas 80. Tal proposta abre um perigoso precedente para o corte sistemático nas vagas dos demais cursos com pretexto de elevação da qualidade do ensino.

Nada mais absurdo e incoerente, ainda mais vindo de professores de uma entidade de ensino público e no contexto da realidade brasileira. Hoje, no Brasil, segundo dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), apenas 11% da população entre 25 e 34 anos conclui o ensino superior, enquanto a média nos 39 países que fizeram parte do estudo é de 35%.

O Centro Acadêmico Livre de Economia já manifestou sua contrariedade à medida e enviou um pedido ao Ministério da Educação para que se posicione. Na visão da entidade estudantil, a evasão está condicionada a outras variáveis, como falta de professores, problemas pedagógicos, ausência de atividades complementares e desconhecimento da função do economista, entre outros.

Afinal, interessados no curso não faltam. No último vestibular, 180 alunos foram classificados para o curso de Economia, enquanto 270 ficaram de fora.

* Integrante do Centro Acadêmico Livre de Economia da UFSC



CLIPPING

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 15/07/2011
Assunto: 'PNE perderá credibilidade se for cumprido pela metade', diz Haddad		Página: Online

'PNE perderá credibilidade se for cumprido pela metade', diz Haddad

Ministro apresentou Plano Nacional de Educação nesta quinta (14) na SBPC.

MEC estabelece 20 metas para melhorar ensino e aprendizado no país.

O ministro da Educação, Fernando Haddad, apresentou nesta quinta-feira (14), durante a 63ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Goiânia, o Plano Nacional de Educação (PNE), criado para melhorar o ensino público do nível básico à pós-graduação.

“Fizemos um projeto com 20 metas para serem aplicadas e honrarem a sociedade. Mas, se chegarmos a 2020 com metade das metas não cumpridas, ele perderá credibilidade”, disse Haddad. “Queremos aprovar um plano amadurecido e factível e exigimos um esforço adicional”, acrescentou.

Segundo o ministro, o PNE pretende destinar 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país para a Educação. Essa proposta havia sido vetada em 2001 pelo Congresso, mas agora deve ser posta em prática, pelos próximos dez anos. “A previsão de investimentos será obrigatória, uma exigência constitucional”, afirmou.

Das 2.900 emendas propostas pelos parlamentares, foi sugerida apenas uma meta adicional, para 21. “Se os objetivos aumentarem, porém, o financiamento terá que ser repensado para mais de 7% do PIB”, destacou Haddad.

O Plano Nacional de Educação tem validade de dez anos e possui 20 metas que funcionam como diretrizes para todas as modalidades da educação brasileira. Até 2020, o MEC buscará qualificar o ensino fundamental, diversificar o ensino médio e ampliar a graduação para 10 milhões de matrículas. Quanto às creches, a previsão é construir 6 mil no atual governo. O plano tramita na Câmara dos Deputados, e a previsão mais otimista é de que seja sancionado até novembro deste ano.

Salários

Outra meta do PNE é igualar o salário médio do professor do ensino básico à média dos demais profissionais que têm a mesma escolaridade. O rendimento dos docentes hoje chega a 60% do que ganham outros trabalhadores brasileiros, de acordo com o ministro.

Entre outros alvos do projeto, estão a interiorização das universidades, o fortalecimento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e do Programa Universidade para Todos (Prouni), a aplicação do piso salarial do magistério, a duplicação das vagas nas universidades federais e o aperfeiçoamento do financiamento estudantil.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br; Contato:32216161

Para cada uma das metas, segundo Haddad, haverá um gestor público e comandos direcionados às secretarias regionais ou ao MEC. “É um plano feito a muitas mãos, elaborado após quatro conferências nacionais, com delegados eleitos em cada município. Ouvimos também a comunidade científica e acadêmica”, explicou.

Até o fim do plano, de acordo com o ministro, nenhuma microrregião do país deixará de ter uma estrutura do MEC. “Começamos a pagar essa dívida com a educação muito tardiamente. O Brasil só muito recentemente colocou a educação no centro da política. Largamos atrasados e temos que correr atrás”, destacou Haddad.